

BOLETIM NACIONAL

JULHO/93 - Nº 71

Cr\$ 55.000,00

Conheça os novos dirigentes

Um pequeno perfil dos membros do novo
Diretório Nacional, páginas 4, 5 e 6

A polêmica da cota feminina

Decisão democrática e soberana do 1º
Congresso, que é justa na opinião da
maioria. O chiado começa na hora de
aplicá-la, página 9

A escolha dos parceiros

Quais serão nossos aliados em 94? As
previsões dos novos dirigentes estão na
página 8. Ainda nesta página o início do
debate sobre Programa de Governo

Resoluções do 8º Encontro

Veja o resumo do que foi debatido e
votado no Centro de Convenções, em
Brasília, entre as páginas 10 e 13



FOTO: DIANA

8º Encontro, ensaio geral para 94

A grande maioria dos novos dirigentes nacionais fazem uma avaliação
positiva dos resultados do 8º Encontro Nacional do PT - página 6.
Quem desafina do coro dos contentes é Augusto de Franco, novo
secretário de Meio Ambiente - página 7



FOTO: DIANA

Orgulho Gay

Gostaríamos de dedicar o nosso pronunciamento de hoje em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, à comunidade homossexual brasileira, gays e lésbicas, pela passagem do dia 28 de junho, data em que se comemora o Dia Internacional do Orgulho Gay.

Os homossexuais, conforme o Relatório Kinsey, representam 10% da população do ocidente e reivindicam, em todo o mundo que sejam tratados à luz da ciência e da ótica da modernidade, equiparando a discriminação por orientação sexual aos crimes raciais.

É tão cruel a discriminação contra os gays e lésbicas no Brasil, que o próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos, no seu último relatório de 1992, incluiu a existência de 12 esquadrões da morte contra homossexuais (na última década) e uma lista 1.200 gays e lésbicas, constantes de um dossiê do Grupo Gay da Bahia, que foram barbaramente assassinados no Brasil, vítimas do machismo, do preconceito, o que perfaz uma média de um assassinato a cada 5 dias. E o mais grave é que a maioria dos assassinos nunca é capturada e 10 por cento dos que são, recebem penas leves, sob a alegação de legítima defesa da honra. Coincidentemente, o mesmo argumento utilizado nos crimes contra a mulher.

Aproveitamos este momento para assumirmos o compromisso de,



durante a revisão constitucional, apresentar proposição ao artigo terceiro, propondo a seguinte redação para o inciso IV:

“IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

(...)Mas, Senhor Presidente, Sras e Senhores Deputados, talvez o caso mais grave e paradigmático da violência anti-gay levou à morte o vereador Renildo José dos Santos, de Coqueiro Seco/AL que, mesmo tendo pedido proteção de vida à Secretaria de Segurança Pública e denunciando seus virtuais matadores, foi seqüestrado a 9 de março último e torturado com requintes de crueldade poucas vezes documentado em nossa história. Teve suas orelhas e nariz cortados, castrado, os dedos arrancados, os olhos vazados, um pedaço de madeira empalado no ânus, decapitado, seu corpo queimado e jogado num rio. Tudo isso, pasmem, porque declarou numa rádio em Maceió que era homossexual.

Portanto, aproveitamos para cobrar o esclarecimento do episódio supra citado, e que todos os episódios envolvendo casos de violência contra homossexuais tenham tratamento idêntico aos dados dos demais casos de violência. Aproveitamos, também, para pedir o apoio de nossos pares para a aprovação de nossa proposição quando da Revisão Constitucional.

Trechos do pronunciamento do Deputado José Fortunatti (PT/RS) no dia 28/6/93

Você sabia...

...Que a Receita Federal estima que a sonegação no país está em torno de 50 a 60 % dos impostos devidos?

A Fundação Getúlio Vargas estimou em 60 bilhões de dólares o fluxo ilegal de divisas para o exterior nos anos 80. Este valor supera toda a dívida externa do Brasil com os bancos privados, que não chega a 50 bilhões de dólares.

...Que, entre os impostos diretos e indiretos, o Brasil arrecada anualmente 25% de seu PIB (estimado em US\$ 790 bilhões, de acordo com os novos critérios de cálculos)? Esta taxa situa-se na média das dez economias mais fortes do mundo -- nos EUA a arrecadação atinge 33% do PIB e em alguns países da Europa chega a 50% do PIB. Note-se que a economia informal (que alguns estimam em patamares de 50%) não está contabilizada no cálculo do PIB. Assim, a sonegação -- via informalização -- representa a perda de, em média, 112 bilhões de dólares anuais, ou seja, alcança quase o valor total da dívida externa, estimada em 118 bilhões de dólares.

...Que enquanto houver dívida externa haverá fome?

No livro “ABC da Dívida Externa”, Celso Furtado regata histórias fundamentais para refrescar a memória dos políticos brasileiros que sustentam a tese do eterno pagamento da dívida. Furtado lembra que, em 1925, a Alemanha declarou moratória do pagamento de todas as dívidas relacionadas às reparações da guerra de 1914-1918. Em 1933-34 este país suspendeu o pagamento do essencial da dívida, constituída por emissão de

bônus. Em 1955 foi estabelecido um acordo, em Londres, que implicou grande redução dessa dívida. Em 1969-70, os credores da Indonésia chegaram a um acordo para reduzir substancialmente a dívida do país, então em fase de instabilidade política.

De posse desse levantamento, Furtado conclui: “Ninguém duvida que a solução para o problema da dívida do Brasil terá que assumir os moldes das experiências registradas no passado, mas tem faltado ao governo de nosso País decisão e firmeza para encaminhar a solução do



problema de forma a explicitar aos credores os limites do sacrifício que pode aceitar o povo brasileiro”

Antes de apresentar o Plano Nada, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deveria ter bebido nas mesmas fontes de Celso Furtado. Mas a teoria “a dívida não é problema e está sendo bem conduzida”, que tem norteado o vice de Collor, prevaleceu mais uma vez. E o resultado aí está: ao anunciar mais um plano de estabilização econômica nada propôs em relação à dívida.

BOLETIM NACIONAL

Junho/92 - Nº 71

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - 002 São Paulo/SP
Fone: (011) 223.7999

Secretário de Comunicação

João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos

Edição Eletrônica

William Aguiar

Fotolito e Impressão

DCI

B R A S I L

AGORA



ASSINE PELO
TELEFONE:
LIGUE GRÁTIS
0800-11.1300

ou envie cheque nominal à EDITORA
BRASIL AGORA LTDA. Alameda
Glete, 1049 - Sta. Cecília
CEP 01215 - São Paulo/SP
Fones (011) 222.6318, 222.4326

Passo a passo

O 8º Encontro Nacional do PT, realizado entre os dias 11 e 13 de junho, no Centro de Convenções de Brasília, com a presença de cerca de 500 delegados, foi aberto pelo presidente nacional do Partido.

Após a solenidade de abertura, os delegados aprovaram a proposta de composição da Mesa Diretora e a proposta de Regimento Interno do Encontro. Além de decidirem pela não adoção do sistema de discussão em grupo, os delegados excluíram do temário do Encontro a discussão do Novo Estatuto do Partido, questão que foi remetida ao novo DN.

O início dos debates sobre os dois primeiros itens do temário -- Momento Político e Projeto Alternativo -- se deu ainda no primeiro dia do Encontro. Para isso a Mesa constituiu a Comissão de Negociação composta por dois representantes de cada tese, por elas indicados.

Terminadas as defesas, que se referiam ao tema Momento Político, foi feita a votação. A tese "Uma Opção de Esquerda", que obteve 189 votos, foi a vencedora, seguida pelas teses "Unidade na Luta", 143 votos; "Na Luta PT", 107 votos; e "Para Mudar o Brasil", 50 votos. Houve 8 abstenções, perfazendo 495 votos, num total de 499 inscritos dos 530 delegados eleitos.

A apresentação e defesa das teses inscritas para escolha da tese-guia relacionada com o tema Projeto Alternativo foi feita no segundo dia do Encontro. Os representantes da Tese "Para Mudar o Brasil" comunicaram à mesa que não haviam apresentado documento para disputa sobre esse tema. Foi, então, sorteada a ordem de apresentação e feita a defesa das teses.

Terminada a defesa, o deputado

Aloísio Mercadante, representante da "Unidade na Luta", propôs a aceitação, sem necessidade de votação, da tese "Uma Opção de Esquerda" como tese-guia, uma vez que, na votação do primeiro tema debatido -- Momento Político -- essa tese havia sido a vencedora. A questão de ordem foi acatada pelos representantes das teses, em nome de uma discussão mais aprofundada das emendas à tese-guia.

Nas sessões plenárias da tarde de sábado e da manhã de domingo foram discutidas e votadas as emendas à tese-guia, sob orientação da Comissão de Negociação, que incorporou e acatou muitas delas, delegando à decisão do plenário as emendas polêmicas e controversas.

O resultado desse trabalho de discussão, negociação e votação está reunido nas "Resoluções do 8º Encontro Nacional do PT", texto que já foi aprovado pelo novo Diretório Nacional, reunido nos dias 26 e 27 de junho. (leia a síntese entre as páginas 10 e 13). A íntegra das resoluções estará à disposição dos militantes e diretórios a partir do dia 25 de julho.

Para compor o novo Diretório Nacional concorreram cinco chapas: Uma Opção de Esquerda, Unidade na Luta, Na Luta PT, Democracia Radical, e, Sem Medo de Ser Socialista pela Base e com Independência (veja resultados no quadro abaixo).

Terminada a eleição do DN, o plenário elegeu o único candidato inscrito para a Presidência do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva. Encerrando o Encontro, Lula fez um discurso que enalteceu o fato de o PT não ter saído dividido (apesar dos prognósticos da imprensa), mas unido na busca da conquista do Governo Federal em 94, para iniciar as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resolução sobre Luiza Erundina

Por solicitação de vários delegados, o 8º Encontro resolveu rediscutir a resolução do DN (de 10 de junho), que havia revogado a suspensão aplicada à companheira Luiza Erundina, pelo mesmo diretório, em fevereiro.

Foram feitos encaminhamentos favoráveis à manutenção da punição pelos companheiros Toninho e Maria Laura. Os defensores da revogação da suspensão foram os companheiros Italo Cardoso, David Capistrano e Olívio Dutra. Submetida a votos, a punição foi revogada, o que foi consubstanciado na seguinte resolução específica:

"O 8º Encontro Nacional do PT tomou conhecimento da Resolução de 10/6/93 que revogou a suspensão da companheira Luiza Erundina. Esse Encontro considera que:

1. O desenrolar dos acontecimentos, desde fevereiro de 93 quando o PT se manifestou sobre o assunto até esta data, deu razão à avaliação realizada pelo Partido naquela ocasião: O Governo Itamar Franco vinha, como vem, demonstrando ser incapaz de enfrentar os

interesses fundamentais das elites brasileiras que perpetuavam a crise, o que exprimiu a posição correta do PT de se opor a esse Governo.

2. O PT sai engrandecido desse processo por ter sabido manter sua coerência política, valorizando o sentimento amplamente majoritário em suas bases e reafirmado a necessidade de contrução de suas posições coletivamente. Ainda mais quando várias tentativas foram feitas para incompatibilizar o Partido com a opinião pública.

3. Reafirmamos, ainda, conforme as Resoluções de nosso 1º Congresso, a especial e elevada responsabilidade partidária das figuras públicas e petistas na defesa e expressão das decisões e encaminhamentos das instâncias partidárias.

4. Em defesa do PT, o 8º Encontro Nacional resolve aceitar o pedido de reintegração no Partido solicitado pela companheira Luiza Erundina, revogando, assim, a sua suspensão, pondo fim a esse lamentável episódio."

A nova Executiva

Luis Inácio Lula da Silva - Presidente
 Rui Falcão - 1º Vice-presidente
 Aloizio Mercadante - 2º Vice-presidente
 Luiz Eduardo Greenhalgh - 3º Vice-presidente
 Gilberto Carvalho - Secretário Geral
 Tatau Godinho - Secretária de Organização
 José Luiz Fevereiro - Sec. Adjunto de Organização
 Lauro Marcondes - Secretário de Finanças
 Augusto de Franco - Sec. de Meio Ambiente
 Telma de Souza - Sec. de Assuntos Institucionais
 Markus Sokol/Jorge Almeida - Sec. de Comunicação
 Hamilton Pereira - Secretário Agrário
 Luci Choinaki - Secretária Agrária Adjunta
 João Machado - Sec de Formação Política
 Marco Aurélio Garcia - Sec. de Rel. Internacionais
 Clara Ant
 Vera Gomes
 Lucia Carvalho
 Vladimir Palmeira - Líder na Câmara
 Eduardo Suplicy - Líder no Senado

Mais uma companheira será indicada para a Executiva. Até a próxima reunião do DN deverão ser completados nomes e resolvidas pendências ainda existentes.

CHAPAS	nº de votos	% de votos	DN	CEN
1 - Sem Medo de Ser Socialista Pela Base com Independência	18	3,47	3	-
2 - Articulação - Unidade na Luta	152	29,34	24	5
3 - Na Luta PT	99	19,11	15	4
4 - Democracia Radical	60	11,58	9	2
5 - Uma Opção de Esquerda	189	36,48	30	7
TOTAL	518	100	81	18

Conheça o novo Diretório Nacional

Presidente:

Luiz Inácio Lula da Silva (SP), 47 anos, metalúrgico, nascido em Garanhuns (PE). Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema nos anos 70. Fundador do PT e da CUT. Deputado federal eleito em 86 com 600 mil votos. Candidato à presidência da República em 89, obteve 31,5 milhões de votos no segundo turno. Coordenador do Governo Paralelo.

Líder na Câmara Federal:

Vladimir Palmeira (RJ), economista, formado em 79 pela Universidade Livre de Bruxelas. Líder estudantil, foi preso pela ditadura, em 68, depois de ter dirigido a "passeata dos cem mil". Um dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick, Palmeira viveu no exílio até 79. De volta ao Rio, ajudou a fundar o PT, em 80. Foi presidente do Diretório Regional de 85 a 87. Elegeu-se deputado federal em 86 e em 90.

Líder no Senado:

Eduardo Suplicy (SP), economista, professor, é o primeiro senador do PT. Foi deputado estadual pelo antigo MDB. Candidato a prefeito em de São Paulo em 85 e 92. Candidato a governador em 86. É o autor do projeto de Renda Mínima (ou "imposto de renda negativo"), já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara.

Uma Opção de Esquerda

Rui Falcão (SP), jornalista, deputado estadual, ex-presidente do Diretório Municipal de São Paulo, secretário nacional de Comunicação e membro da CEN no período 88/90. Integra a nova Comissão Executiva Nacional como primeiro vice-presidente.

Tatau Godinho (SP), 37 anos, professora. Militante do movimento de mulheres, integra a Sub-Secretaria Nacional do setor. Membro da direção do PT-SP, foi secretária estadual de Finanças na última gestão. Integra a nova Comissão Executiva Nacional como Secretária de Organização.

Hamilton Pereira (GO), 45 anos, poeta e escritor, começou a militar logo após 64, sempre ligado aos movimentos rurais. Trabalhou na organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Foi o primeiro secretário-geral da CUT-GO. Integra a CEN desde 87, sempre como Secretário Agrário Nacional. É autor de vários livros e da "Missa dos Quilombos".

Lauro Marcondes (SP), advogado, 29 anos. Atuou junto ao movimento de sem terra da zona norte da capital e foi administrador regional de Santana na gestão de Luiza Erundina. Foi tesoureiro da Executiva Municipal de São

Paulo em 84-85. Integra a Comissão Executiva Nacional como Secretário de Finanças.

João Machado (SP), professor de Economia da PUC-SP, 42 anos, foi secretário nacional de Comunicação no período 90/93, responsável pelo Boletim Nacional e diretor do jornal Brasil Agora. Atuou ainda como secretário adjunto de Relações Internacionais do PT. É o novo secretário nacional de Formação Política e integrante da CEN.

Cesar Benjamin (RJ), 39 anos, editor da Nova Fronteira. Iniciou sua militância no movimento estudantil de 1968. Passou pela luta armada e foi preso em 1971, cumpriu cinco anos. Em 75, foi expulso do país. Retornou em 1978. Participou da fundação do PT no Rio de Janeiro. Atualmente trabalha a área de formação política.

Lucy Choinaski (SC), trabalhadora rural, deputada federal. Em 1986 foi a única mulher (e única petista) eleita para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Na Câmara Federal, integra o Núcleo Agrário da Bancada do PT. Integra a CEN como adjunta da Secretaria Agrária Nacional.

Raul Pont (RS), professor, vice-prefeito de Porto Alegre. Ex-deputado estadual e federal, foi Secretário Nacional de Finanças e membro da CEN no período 90/92.

Renato Simões (SP), assessor sindical, 31 anos. Começou sua militância na Pastoral Operária. Ex-seminarista, ingressou no PT em 89, ano em que foi eleito para a Executiva Estadual de São Paulo. Foi candidato a deputado estadual em 90 e a prefeito de Campinas em 92. É presidente do PT de Campinas e membro da coordenação geral da Fundação Nativo da Natividade.

David Capistrano (SP), médico, 45 anos, ex-secretário de Saúde e atual prefeito de Santos. Filiou-se ao PT em 86. Foi membro do Diretório Regional de São Paulo. Atuou na área de imprensa, editando o "PT Informa", mas sua atuação mais constante tem sido na área de saúde.

Emanuel Appel

Joaquim Soriano (SP), 37 anos, alagoano, engenheiro agrônomo formado pela UFRGS. Fez mestrado no CPDA/FGV, no Rio de Janeiro, de 79 a 81. Foi Secretário Geral do PT/RJ. Está em São Paulo desde 1988, quando trabalhou na Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Integrao Diretório Nacional 1983.

José Luiz Fevereiro (RJ), 32 anos, economista. Coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes da UFJR em 82/83 e representante do DCE junto ao Conselho Universitário de 83 a 85. Foi secretário-geral do PT-RJ de 83

a 88 e de 89 a 93. Presidiu o Diretório Municipal do Rio de 88 a 89.

Sandra Starling

Sonia Hypolito (SP), 46 anos, paulistana, socióloga. Começou sua atividade política no movimento estudantil, em 1966. Participou da resistência ao regime militar. Presa em 70, exilada em 73, retornou ao Brasil em 80, ingressando no PT. Faz parte do Coletivo da Secretaria Nacional de Movimentos Populares desde 87. É membro da Comissão Executiva Municipal de São Paulo e Secretária Nacional de Movimentos Populares.

Valdísio Fernandes (BA), 34 anos, corretor de seguros. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista. Também atuou no movimento popular. Foi da Executiva da CONAM e vice presidente da CONAM para o Nordeste. Está no PT desde o movimento pela fundação do Partido, em 79, e está na Executiva do PT-BA desde 90.

Inocêncio Gasparin (PA), 36 anos, técnico em educação. Iniciou sua militância através da Igreja Católica. Atuou na CPT do Araguaia e Tocantins (83/84). De 85 a 87 trabalhou na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- FASE em Capanema, Nordeste do Pará. Foi secretário geral do PT-PA de 87/89 e coordenador do plano de governo de Lula para a Amazônia, em 89. Está no DN desde o 7º Encontro, em 90.

Íria Charão (RS) 49 anos, 3 filhos, auxiliar de nutrição. Filiada no PT desde 82, é presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre desde 83 e também integra o Conselho Deliberativo Estadual.

Dora Gomes (MG), 45 anos, economista, administradora regional de Venda Nova na prefeitura de Belo Horizonte. É secretária-geral do PT-BH e está no DN desde 90. Atua no movimento de mulheres desde o Movimento Feminista pela Anistia.

Djalma Bom (SP), 54, metalúrgico. Militante sindical desde os anos 70. Foi diretor de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, de 75 a 78m, quando foi eleito tesoureiro. Na greve de 80 foi preso e enquadrado na Lei de Seguranças Nacional. Foi membro da direção provisória do PT, em 80 e por duas gestões presidiu o PT-SP. Integrou três gestões da CEN. Deputado federal entre 83 e 87, foi líder da bancada. Em 88, foi eleito vice-prefeito de São Bernardo. Atualmente é presidente do DM-SBC e coordenador da macro-região ABCD.

Alberto Bastos (Beto) (RJ)- 33 anos,

engenheiro mecânico. Coordenador do Movimento Pró-PT no setor estudantil do Rio de Janeiro. É secretário-geral do PT-RJ e integra o DN desde o 7º Encontro, em 1990.

Gabriel Santos Rocha

Membro do Diretório Municipal de Juiz de Fora, milita no PT desde a fundação. Atua junto aos movimentos populares (moradia, transportes) e acompanha trabalho da pastoral na Arquidiocese e na Regional Leste II da CNBB em Minas.

Ivar Pavan (RS), 42 anos, pequeno proprietário rural. Integra o Movimento dos Atingidos por Barragens, desde 81. De 82 a 88, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Aratiba (RS). Foi presidente da CUT-Alto Uruguai e vice-presidente da CUT-RS. Secretário Agrário do PT-RS no período 89/90. É deputado estadual e líder da bancada.

Geraldo Garcia (MS), 33, técnico em agropecuária, militante da Pastoral da Juventude, do Movimento de Teatro Amador e Movimento Sem-Terra. Está no PT desde 86 e é presidente do DR do Mato Grosso do Sul pelo terceiro mandato.

Andréa Butto (PE), estudante de antropologia, milita no movimento de mulheres. Foi membro da direção estadual de Pernambuco e da Comissão Executiva do PT-PE nas duas últimas gestões.

Iriny Lopes (ES), 37 anos, assessora parlamentar. Militante de associações de moradores e pela reforma urbana. Presidiu a Associação de Mutuários-ES entre 84/88. Coordenadora do Movimento pela Moradia da Grande Vitória. É filiada ao PT desde a fundação. Foi secretária-geral e presidente do PT-ES.

Múcio Magalhães

Flávio Koutzi (RS), educador, deputado estadual. Exilado durante o regime militar, esteve preso na Argentina entre 75 e 79. Foi libertado após uma campanha da qual participou da Anistia Internacional. Em Paris cursou Ciências Sociais, defendeu uma tese sobre os presos políticos nos cárceres argentinos, (transformada no livro "Pedacos de Morte no Coração"). Retornou ao Brasil em 84, integrando-se ao PT. Foi vereador, líder da bancada e secretário de Governo no primeiro ano da gestão Olívio Dutra.

Neide Aparecida (SP), 28 anos, professora e assessora parlamentar. Trabalha com educação alternativa na Escola de Formação Política do Sindicato dos Sapateiros de Franca SP. Começou militância no movimento estudantil secundarista. Foi funcionária pública estadual por 6 anos, participou da Associação dos Funcionários da Secretaria de Educação. Entrou no PT em 80. Dirigente do PT de Franca desde 89. Membro da

Comissão Dirigente Estadual-SP.

Vilson Santin (SC), 37 anos, 2 filhos, é um dos fundadores do PT. Começou sua militância em 78 nos movimentos de base da igreja católica, militou no MST e na CUT. Foi presidente do Diretório Regional de Santa Catarina de 87 a 90. Em 90 elegeu-se deputado estadual, é o líder da bancada. Destacou-se no trabalho parlamentar como presidente da Comissão Parlamentar Externa (CPE), que busca resgatar a memória de mortos e desaparecidos políticos de Sta. Catarina.

Unidade na Luta

Olívio Dutra (RS), bancário, dirigente sindical, ex-presidente nacional do PT. Fundador do PT e da CUT, foi deputado federal e prefeito de Porto Alegre. É pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul.

José Dirceu (SP), 47 anos, advogado, deputado federal. Fundador do PT, foi secretário nacional de Formação Política (81/83) e secretário-geral do DR-SP (83/87). Foi eleito deputado e Constituinte estadual em 86. Iniciou sua militância no movimento estudantil em 1965. Em 68, foi eleito presidente da UEE de São Paulo. Foi um dos 15 brasileiros banidos do país em decorrência do sequestro do embaixador americano, em 69. No exílio, viveu e estudou em Cuba. Foi o secretário-geral nacional do PT de 88 a 93.

Luiz Soares Dulci (MG), 38 anos, professor de Língua Portuguesa. Membro da Executiva Nacional desde a fundação do PT até 1990. Foi secretário nacional de Organização e de Assuntos Institucionais. Fundador e primeiro presidente da União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Presidente do PT-MG de 83 a 87. Deputado federal de 82 a 86. É fundador da Escola Sindical Sete de Outubro e Secretário Municipal de Governo em Belo Horizonte.

Antonio Carlos Pereira (MG), 40 anos, professor de matemática, deputado estadual, líder da bancada. Fundador do PT, foi secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação- MG (SINDIUTE), da antiga Confederação dos Professores do Brasil, hoje Confederação dos Trabalhadores em Educação- CNTE. Presidiu o PT-MG por seis anos e está no DN desde 86.

Gilberto Carvalho (SP), 42 anos, três filhos. Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, trabalhou dez anos com soldador em Curitiba. Militante da oposição metalúrgica, liderança da greve de 79 (PR). Em 1985, foi secretário-geral da Pastoral Operária Nacional. Presidiu o PT-PR de 86 a 88. Em 89, transferiu-se para São Paulo, assumindo a Secretaria Nacional de Formação Política e a direção do Instituto Cajamar. Integrou a CEN no período 87/89. Retorna agora como secretário-geral do PT.

Aloísio Mercadante (SP), econo-

mista, professor da PUC-SP e da Unicamp. Foi vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior- ANDES, assessor econômico da CUT e da campanha presidencial de Lula em 89. Em 90, foi o deputado federal mais votado do PT em São Paulo. Integra o DN e a CEN desde 90. Na nova Executiva é o segundo vice-presidente.

Tarso Genro (RS), advogado, prefeito de Porto Alegre. Foi deputado federal e vice-prefeito na chapa de Olívio Dutra. Eleito prefeito de Porto Alegre em 92.

Clara Ant (SP),

Ideli Salvati (SC), 41 anos, paulistana, professora. Começou sua militância aos 16 anos, no movimento secundarista. Atuou em comunidades de base, na Pastoral Operária e em associações de moradores. Está no movimento sindical dos professores desde 83. É presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, 1ª vice-presidente do PT-SC. Integra o DN pela primeira vez: "Graças à cota, fui lembrada, depois de 25 anos de militância".

José Wigneski (RR), 31 anos, presidente do PT do Paraná, começou militância na oposição sindical bancária de Curitiba, em 1982. Filiou-se ao PT em 86. Presta assessoria sindical para a área rural.

Benedita da Silva (RJ), 51 anos, assistente social. Fundadora do Departamento Feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio - FARFERJ, eleita vereadora em 82 e deputada federal Constituinte em 1986. Membro da CEN, Secretária Nacional de Movimentos Populares de 90 a 93 e candidata à prefeitura do Rio de Janeiro em 92. É vice-presidente da CPI da Câmara que apura prostituição infanto-juvenil.

Pedro Celso (DF), 34 anos, funcionário público, estudante de história no CEUB. Filiado desde a fundação. Foi presidente do PT/DF.

Rubens Otoni (GO)- foi membro da primeira CEN, presidente do PT-GO por duas gestões e hoje deputado estadual e líder da bancada.

Maria Aparecida (MG)

José Ilário Marques (CE), 32, advogado trabalhista, atua no mov. sindical rural, deputado em 86. Prefeito de Quixadá, destacando-se com programa da seca "65 mil sertão central".

Marco Aurélio Garcia (SP), 52 anos, professor de História da Unicamp e ex-professor da Université de Paris-Vincennes e da Université de Paris-Nanterre. Integra a CEN como Secretário de Relações Internacionais, desde o 7º Encontro e é coordenador do programa de governo Lula-94.

Telma de Souza (SP), advogada, professora da rede estadual e universitária, ex-prefeita de Santos (SP). Eleita vereadora em 82 e deputada estadual em 86. Iniciou sua militância no movimen-

to de anistia -- seu pai era vereador e foi cassado em 64. Presidiu o PT-SP no período 92/93. Integra a comissão Executiva Nacional como secretária de Assuntos Institucionais.

José Américo Dias (SP)- jornalista, 39 anos, atual editor do Brasil Agora. Secretário-geral do PT/SP de 88 a 92 e secretário de Imprensa de 83 a 88. Filiou-se em 1980, começou sua militância no movimento estudantil e sindical

Francisco Rocha (SP), 42 anos, nascido no Araripe (CE). Migrou para São Paulo aos 18 anos. Iniciou sua militância no Sindicato dos Condutores. Foi operário da indústria alimentícia e da indústria química no ABC. De volta à capital, ingressou na Oposição Metalúrgica ao lado de Santo Dias da Silva. Integrou o DR-SP e a executiva estadual até 86, quando transferiu-se para Recife. Coordenou a campanha Lula-89 em Pernambuco. Foi coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral 92 e da Caravana da Cidadania.

Gilney Amorim (MS), 47 anos, mineiro, médico e professor da Universidade Federal do Mato Grosso. É presidente do PT-MT e atua no movimento sindical dos professores. Foi diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte. Participou da luta armada contra o regime militar e esteve preso por dez anos. É autor do livro "A Revolta dos Bagrinhos", sobre o PT. Atualmente faz pesquisas com seringueiros e índios da Amazônia matogrossense.

Perseu Abramo (SP), 64 anos, jornalista, professor universitário. Fundador do PT, integra o DN desde 82. Foi editor do "Jornal dos Trabalhadores" (81/82). Sócio fundador do Instituto Cajamar, hoje integra o Conselho Coordenador da instituição.

Selma Neves (AC) Acreana de 27 anos, filha de nordestinos, vice-presidente do PT-AC, trabalha com formação política, "porque é o que gosto e acredito". Trabalha na assessoria do deputado estadual Nilson Mourão.

Beatriz Gomes (PE)- 46 anos, servidora pública estadual, presidente do sindicato, membro da direção da CUT-PE e da Comissão Executiva do PT-PE. Integra a direção do DIEESE em Pernambuco.

José Maria Dutra (BA), 32, educador, fundador do PT em Campo Alegre de Lourdes-BA e na Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro, até 80/86. Foi sec form pol no PT-BA atual secretário geral, e do depto rural da CUT- de 89/90.

Na Luta PT

Luiz Eduardo Greenhalgh (SP)- 45 anos, advogado criminalista. Fundador do PT, foi presidente do Comitê Brasileiro de Anistia e é integrante da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo. Vice-prefeito de São Paulo de 88 a 92. Deputado Federal de 86 a 88. Secretário de Relações Inter-

nacionais de 84 a 88. Integra a Nova CEN como terceiro vice-presidente.

Markus Sokol (SP), 39 anos, economista. É o mais novo brasileiro no PT: "Depois de 21 anos de batalha, consegui a naturalização". Nascido na Polônia, chegou ao Brasil com 4 anos. Iniciou sua militância no movimento secundarista (Colégio de Aplicação, São Paulo). Trabalhou como assessor sindical nos anos 70/80, participando da fundação da CUT. Integra o DN e a CEN desde 1990.

Antonio Jorge Almeida (BA) Tem 40 anos. Começou sua militância em 1970, no movimento estudantil secundarista. Foi presidente do PT-BA por duas gestões (em 1983 e de 85 a 87) e secretário nacional de Juventude. Coordenou a campanha de Lula na Bahia, em 89, e está no diretório nacional desde 1984.

Vera Gomes (PE)

Ivan Valente (SP), 47 anos, professor, deputado estadual em segundo mandato. Militante desde os Anos 60, atuando no movimento estudantil. Preso e cassado, atuou no movimento de Anistia. Foi diretor do jornal "Companheiro" e assessorou o deputado José Genoíno até 1986. É coordenador da Sub-secretaria de Ecologistas e Meio Ambiente do PT-SP e membro da Comissão Estadual de Educadores do PT. Foi candidato a prefeito de São Caetano do Sul (SP) em 92. Integra o DN desde 83.

Arlete Sampaio (DF), 43 anos, médica. Ex-presidente do PT-DF, integra a executiva distrital desde 82. Militante secundarista em 68, presidiu o grêmio do Colégio Municipal de BH (MG). Foi expulsa em 77 da Universidade de Brasília, na primeira grande greve estudantil. Pós-graduada em Saúde Pública, atualmente, é secretária de Formação do Sindicato dos Médicos do DF e Secretária de Administração do Sindisaúde. Foi candidata ao Senado em 86 e a vice-governadora em 90.

Bruno Maranhão (PE) - 53 anos, engenheiro, começou a militância na década de 60, participando do movimento estudantil e da construção de sindicatos de trabalhadores rurais rurais. Na década de 70 foi condenado a 4 anos de prisão, exilou-se no Chile e depois na França. Fundador do PT-PE, foi candidato a senador e a prefeito de Recife. Presidiu o PT-PE por três anos e já participou de três gestões do DN.

Ronald Rocha (MG).

Serys M. Silheessarenko (MT) Professora, deputada estadual pelo PT-MT. Candidata a prefeita de Cuiabá em 88 pela coligação PT-PV-PSB-PCdoB. Iniciou sua militância no movimento de professores da Universidade Federal do Mato Grosso. Foi a primeira parlamentar petista eleita no estado: "Eu brinco sempre que na Assembléia sou única mulher, única professora, única do PT".

Iná Meirelles (RJ), médica, carioca de 44 anos. Vice presidente do sindicato

Samba de uma nota só

dos médicos, milita no PT desde a fundação.

Artur Scavone (SP), 44, jornalista, militante do movimento estudantil em 69. Está no PT desde 81, participou da fundação da CUT na oposição sindical dos jornalistas de Santa Catarina. Foi coordenador da campanha de Luiza Erundina em 88, dirigente municipal do PT São Paulo e está no DN desde 90.

Gilson Lyrio (MG) Membro da Comissão Executiva Estadual de Minas. Iniciou sua atividade política no movimento estudantil, é advogado e atua na área de direitos humanos.

Gilberto Neves (MG)

Renato Carvalho (PE),

Robson Pereira (MA)

Democracia Radical

José Genoíno (SP), 46 anos, cearense de Quixeramobim, filho de camponeses, deputado federal no terceiro mandato, professor de história. Em 68, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará, foi expulso da faculdade por razões políticas. Em 69, foi eleito para a direção da UNE. Engajou-se na resistência armada e integrou a guerrilha do Araguaia. Preso em 72, ficou cinco anos no cárcere. Ingressou no PT em 80. Foi líder da bancada federal do PT e membro da CEN.

Eduardo Jorge (SP), nascido em Salvador, 42 anos, médico, deputado federal em segundo mandato, foi deputado estadual de 82 a 86. Secretário Municipal de Saúde de São Paulo na gestão Luiza Erundina (89 a 90). Líder da bancada do PT em 91. Integra o DN desde 88.

Augusto de Franco (SP) - 43 anos, físico, professor. Foi o coordenador político geral do 1º Congresso Nacional do PT. É autor de "A Nova Geração". Integra a Comissão Executiva Nacional como secretário de Meio Ambiente.

Ozeas Duarte (SP), 51 anos, administrador. Iniciou sua militância em 1961, no antigo PCB. Em 62, ingressou no PCdoB. Participou da preparação da Guerrilha do Araguaia de 69 até ser preso, em 72. Solto em 76, passou a militar na área de Direitos Humanos e Anistia. Rompeu com o PC do B em 79 e ingressou no PT em 80. Integra o Diretório Nacional desde o 7º Encontro. Foi membro da CEN em 92.

José Nobre Guimarães (CE), 33anos, solteiro, advogado. Foi chefe de gabinete da prefeita Maria Luiza Fontenelle (Fortaleza) de 86 a 88 e presidente do Instituto de Previdência Municipal. Secretário-geral do PT-CE de 88 a 92. Presidente do PT-CE em segunda gestão. Iniciou sua militância no movimento estudantil e movimento de Anistia. Coordenou a campanha Lulu-89 no Ceará.

Marina da Silva (AC) Professora e deputada estadual. Tem 35 anos, 4 filhos. É líder da bancada estadual do PT

Estiveram afinadíssimos os membros do novo Diretório Nacional, inclusive os estreantes, na avaliação do 8º Encontro do Partido. A letra da música -- "direção e base precisam falar a mesma língua" -- já vinha sendo ensaiada bem antes do Encontro e parecia ser o prelúdio de uma briga feia. Mas o concerto -- para muitos foi conserto mesmo -- contrariou as expectativas da grande imprensa, que queria ver sangue. No final, o coral petista parece ter encontrado o tom.

"As brigas previstas não aconteceram, até por que o que estava em disputa era o espaço na direção", diz Lúcia Carvalho (DF), da chapa "Democracia Radical" e integrante da Comissão Executiva Nacional. "Vejo o novo Diretório muito tranquilo e civilizado. Se mantivermos o nível de discussão que tivemos nessa primeira reunião, vamos cumprir nossa principal tarefa, que é garantir condições para que o PT seja governo em 94."

Também estreante no DN, Iná Meireles (PE), da chapa "Na Luta, PT", acredita que o resultado do Encontro foi positivo: "Saímos revigorados, com uma cara combativa, mais parecida com a cara do velho PT de guerra". Selma Neves (AC), da "Unidade na Luta", participou pela primeira vez de um Encontro Nacional e integra o novo DN: "Apesar das disputas internas, há uma coisa muito mais forte que nos une. Temos a tarefa de eleger Lula presidente". Para isso, Selma quer um câro mais afinado no PT: "A base precisa falar a mesma

língua da direção -- ou a direção precisa falar a mesma língua da base".

A imprensa identificou no ritmo do 8º Encontro uma batida heavy metal, graças ao avanço das correntes ditas "mais à esquerda". Mas os adeptos da música de câmara também fazem uma avaliação positiva dos resultados do Encontro. Milton Temer, do Rio de Janeiro, ressalta o caráter democrático dos debates: "Não me alinho integralmente com o texto da resolução vitoriosa, tanto que tentei emendá-lo, mas compreendo que ele não vai criar nenhum obstáculo fundamental para aquilo que eu entendo como a tarefa mais importante dos petistas daqui em diante: a unidade partidária em torno da campanha do Lula".

Ensaio geral

A julgar pelo que dizem os novos dirigentes, o 8º Encontro foi mesmo o "ensaio geral" para 94. O tom estaria definido e a partitura começa a ser escrita. "O 8º Encontro Nacional serviu para recolocar o PT em seus próprios trilhos", traduz Davi Capistrano, prefeito de Santos (SP), também preocupado com a "desafinação" petista: "Estava havendo um certo afastamento do espírito de origem do PT. Um enclausuramento, ensimesmamento dos companheiros que atuam na área institucional". Davi não vê contradição entre o trabalho de base, nos movimentos sociais, e o trabalho institucional, mas acredita que "a fonte de força de nosso partido está na sua inserção na sociedade, nas

lutas populares e dos trabalhadores".

E que cara tem o PT após o 8º Encontro? "O PT sai deste Encontro com sua própria cara, a cara da maioria do povo brasileiro que a gente busca representar", acredita Luiz Dulci, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte. Dulci -- que se define como "um dos que sabem que, ao longo de seus 13 anos de existência, o partido foi construindo um patrimônio político, uma identidade nas lutas sociais e institucionais" -- quer essa identidade compondo o repertório básico da disputa 94. Mas não acredita que devamos entrar na campanha celebrando, de modo nostálgico, as origens do PT. "Devemos partir da nossa identidade, mas de um modo criativo, levando em conta que o Brasil de 93 não é o mesmo de 79. Ainda que a nossa identidade seja uma coisa a ser preservada e valorizada, nós precisamos dar conta dos novos desafios da conjuntura".

Também de olho em 94, o deputado estadual Rubens Otoni (GO) acredita que o 8º Encontro serviu para reforçar a vocação do PT de ser alternativa política para o Brasil. Ele tem certeza de que "estamos credenciados para o compromisso que assumimos neste Encontro, que é levar Lula à presidência da República". Em clima de ensaio geral, o maestro Lula, reconduzido à presidência, pode ficar tranquilo, segundo a deputada estadual Serys Slhessarenko (MT): "Lula sai muito fortalecido, ele é sem dúvida a nossa grande liderança".

no Acre. Em 88, foi a vereadora mais votada da cidade de Rio Branco. Em 90, a deputada estadual mais votada do Acre.

Milton Temer (RJ), 54 anos, carioca, militar cassado em 64, anistiado em 79, "sou jornalista por conta da cassação" desde 1965. Deixou o PCB em 78. Foi eleito deputado estadual pelo PSB e entrou no PT durante a Constituinte Estadual do Rio. Candidato a Senador em 1990 e pré-candidato ao governo do Rio em 94.

Lucia Carvalho (DF), 39 anos, quatro filhos, é deputada distrital, líder da bancada e primeira secretária da Câmara Legislativa do DF. Fundadora do PT, é seu primeiro mandato no DN. Integra

a Comissão Executiva Nacional.

Lygia Pupatto (PR), 39 anos, bióloga, professora universitária. Vereadora, presidente da Comissão de Meio Ambiente e líder do prefeito na Câmara Municipal de Londrina. Militante ecologista, está no PT desde 84. Foi presidente do Sindicato dos Professores de Londrina e da CUT regional Norte do Paraná. Foi secretária de Políticas Sociais da CUT-PR. É primeira suplente de deputado estadual e assumiu o mandato por seis meses, em 1992.

Sem Medo...

Moisés Augusto Gonçalves (MG) Tem 32 anos. É assessor da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania

na prefeitura de Belo Horizonte. Foi frei franciscano até 1984; entrou no PT em 1985, atuou nos movimentos sindical e popular, foi membro do Diretório Municipal- BH do Diretório Regional de Minas. Fez teatro de rua e ficou conhecido por "capeta" em função de seu personagem: o "capetalismo"

Neusa Santos (RS)

Almir Lima (RJ)

Representantes Setoriais

João Batista (PA) Agrário

Maurício Benito Durá (SP)

Paulista de 24 anos, estudante de Ciências Sociais na USP, eleito na plenária nacional da Juventude para ser o representante do setor no Diretório Nacional.

...Desafinando

Da quase unânime avaliação do 8º Encontro Nacional do PT, houve quem achasse fundamental desafinar do coro dos contentes. Foi Augusto de Franco quem atravessou. Como uma tuba entre os violinos, o coordenador do 1º Congresso do Partido, representante da "Democracia Radical" e novo secretário de Meio Ambiente do PT detonou a harmonia. Trocou as partituras e cantou "que cara nova, esquerdização, coisa nenhuma"!

Boletim Nacional- Qual a sua avaliação dos resultados do 8º Encontro?

Augusto- Este Encontro não preparou o partido para os grandes desafios que ele tem que enfrentar. O ponto central do 8º Encontro Nacional não deveria ser a briga pelos cargos de direção, como acabou se tornando, e, sim, a aprovação de diretrizes para um projeto estratégico alternativo para o Brasil.

O partido deixou de discutir grandes questões de fundo, capazes de tirar o país da crise, inaugurar a transição para um novo padrão de desenvolvimento, como proposta partidária para discutir com a sociedade, e oferecer subsídios e orientações estratégicas mais gerais para a formulação do nosso Programa de Governo. Aprovou-se tese de maioria num processo em que esse item, que entendendo fundamental, passou sem o aprofundamento necessário.

BN- Sua avaliação difere da feita por quase todos que entrevistamos. Em geral, o que se ouve são elogios e

comemorações do resultado.

Augusto- Ninguém pode elogiar o 8º Encontro Nacional só porque terminamos nos confraternizando. É claro que um partido democrático deve preservar sua unidade e o convívio fraterno entre filiados e dirigentes. Mas o Encontro não pode ser avaliado prioritariamente desse ponto de vista.

Houve, também, em relação ao conteúdo, uma dita "esquerdização" na linha política do partido. Não acredito nisso.

Esses qualificativos de esquerda e direita só servem para as disputas internas, as disputas de salão que hoje existem no PT. Não existe essa dicotomia de direita e esquerda, mesmo porque, o que nessa análise é esquerda? É o que está mais próximo de que? Do corporativismo, da luta sindical, da irresponsabilidade, das palavras de ordem brandidas por tendências e grupos partidários, ainda saudosos de uma prática que remonta ao século XIX? Isso é que é esquerda?

Para mim são setores conservadores, portanto, nesse sentido, não houve esquerdização coisa nenhuma.

Houve, sim, uma retomada de posições conservadoras, inadequadas para o fazer político na contemporaneidade. Isso não é bom. Toda essa ideologização do debate é nociva para o partido. Não se deve ideologizar a ponto de perder a visão do conteúdo político que está em debate. Esse negócio de que "foi para

a direita", "foi para a esquerda" acaba rotulando e desviando o debate dos marcos em que ele deveria se dar. Isso foi feito também para justificar uma nova posição no aparelho dirigente partidário.

BN- A corrente de pensamento que você representa é considerada a "grande derrotada" desse 8º Encontro. Você se considera nocauteado?

Augusto- O que ocorreu não é

Lula ganhar, o PT não será mais o mesmo por motivos óbvios; se perder, não será o mesmo por motivos também óbvios.

BN- Você poderia ser menos nostradâmico e mais preciso?

Augusto- Estamos assistindo ao fim de um ciclo da construção partidária, da política do PT no Brasil.



irremediável. O Encontro não aponta para nada que coloque em risco a existência do PT nem de um projeto de renovação da política e da sociedade brasileira. Essas coisas vão se subordinar ao próprio calendário da política nacional. Quando a campanha eleitoral de 94 começar, a dinâmica será diferente da que hoje se coloca. Nós só teremos renovação de direção em maio de 95, ocasião em que o PT não será mais o mesmo: se

Ciclo que se abriu no final da década de 60, com a ascensão dos movimentos operários, percorreu uma trajetória, construiu um partido coerente. Essa forma que vivemos nesses 13 anos tende a se encerrar com o episódio de 94. Aí, o que coloco como fundamental é o seguinte: se nós não estivermos preparados para relançar o partido a partir do resultado das eleições, ou bem antes, vamos ficar com uma organização partidária envelhecida, ou não sintonizada com o novo momento da política nacional.

ASSINE LINHA DIRETA

- Assinatura semestral (24 números) Cr\$ 575.000,00
 Assinatura anual Cr\$ 1.070.000,00 - Apoio Cr\$ 1.300.000,00
 Basta enviar ao PT/SP cheque nominal ao Linha Direta

Nome _____

Endereço _____

_____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Rua Conselheiro, Nébias, 1052 - CEP 01203-002 - São Paulo/SP - Fone: 223-7999

Você acompanha as polêmicas do PT através da Folha e se irrita?

Você quer saber o que realmente acontece no PT? Toda semana, informação, polêmica e discussão. No **Linha Direta** você acha tudo isso.

Sem irritação.

LD. Não dá pra não ler...

Com que roupa?

Além da definição de tom e repertório, a escolha dos pares do PT na dança de 94 também esteve em pauta nesse 8º Encontro. “O PSB e o PC do B, que já formaram conosco a Frente Brasil Popular em 89, levando Lula ao segundo turno, são aliados extraordinários”, garante Luis Eduardo Greenhalgh, que não descarta a possibilidade de trabalharmos com “os setores avançados do PSDB e PMDB”. Greenhalgh quer ver o PT fazendo alianças já no primeiro turno “porque as eleições do ano que vem serão complexas, com disputas para Governo de Estado, Senado, Câmara Federal e Presidência da República. Temos que situar, estado por estado, qual a nossa composição e como fazê-la”.

Para não correremos o risco de “levar tábua” -- ou de admitir “pés de chumbo” no salão-- Greenhalgh defende dois critérios na definição dos pares do PT. O primeiro é o programa de governo-- “um compromisso, é a garantia de que, se ganharmos a eleição, eles vão cumprí-lo junto com a gente”. O segundo é saber se “a parte a quem estamos propondo o programa quer a aliança”. Enfim, tem que querer dançar com a gente e saber dançar a música previamente escolhida. “O PSDB tem identidade com o PT mas é difícil eles saírem com a gente já no primeiro turno. Com a nomeação de Fernando Henrique está claro que eles estão construindo o seu caminho para a terceira via”.

Tomar a iniciativa

Diante do risco do PT dançar sozinho ou tomar chá de cadeira, a solução é começar a tirar os demais partidos para dançar. OPV, o PCdoB, o PPS, o PSB e setores democráticos que hoje estão no PDT e no PMDB são os pares potenciais, segundo o deputado federal Eduardo Jorge (SP). “O PT deve tomar iniciativa e ela tem que atravessar toda a sociedade, nos movimentos sociais e sindicais. Nas prefeituras onde formos governo, ou onde esses partidos de centro esquerda e esquerda são governo, devemos buscar entendimento e já fazer um governo conjunto em todas elas”.

Para Eduardo Jorge, o PT tem

que buscar, imediatamente, construir um programa para o Brasil. “Temos condições de conformar esta aliança no primeiro turno. A estratégia de forçar o voto útil no segundo turno é altamente arriscada e frágil”.

Gilberto Carvalho, novo secretário-geral do PT, quer alianças construídas além das siglas partidárias. “Montadas as bases do plano de governo democrático-popular, vamos iniciar um processo de diálogo com a sociedade civil. O fechamento desta questão deve ser precedido de uma ampla decisão democrática dentro do partido, através do Encontro Nacional, o que não impede que a direção partidária estabeleça contatos, sondagens e discussões com os partidos”.

Equilíbrio

A dança 94 exige equilíbrio na escolha dos parceiros: “Se fizermos apenas alianças sociais-- por mais importantes que sejam-- vamos ficar limitados. Por outro lado se fizermos só alianças partidárias de cúpu-

la, estaremos traindo a identidade e o projeto histórico do PT”, alerta Luiz Dulci, secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse equilíbrio, segundo Dulci, quem vai garantir é o Programa Democrático Popular, “um programa que nós não vamos rebaixar”. Num primeiro nível, Dulci propõe que as forças sociais que nos apoiam, os movimentos sociais-- “não só filiados ao PT mas a nossa base social de massa”-- participe da elaboração desse programa, esteja convicto dele e ajude a sustentá-lo na disputa.

No plano partidário, Luiz Dulci quer ver a Frente Brasil Popular recomposta. “Depois a esquerda-- sempre com base no programa-- deve procurar outras forças, tendo como limite a centro-esquerda”. A recomposição da FBP, porém, “Não é uma coisa automática. Temos que buscar nossos aliados para o diálogo”, lembra Dulci.

Gilberto Carvalho também é cético quanto à recomposição automá-

tica da Frente Brasil Popular: “A discussão com o PSB e o PCdoB depende das posições que adotem frente ao governo Itamar”. O mesmo se dá com o PC e o PPS. Quanto ao PSDB e PDT, Gilberto quer que o PT conquiste as bases desses partidos. “Alianças formais, só se eles aceitarem o nosso programa de governo”. Essa também é a opinião de Davi Capistrano, prefeito de Santos (SP) “O PSDB é um partido muito heterogêneo que, em certos lugares abriga pessoas progressistas e, em outros, pessoas comprometidas com as elites”.

E para quem só pensa em alianças para eleger Lula, Davi tem um lembrete: “A gente não pode pensar a política de alianças apenas quando ela vem nos beneficiar. O PT tem que ter maturidade para, caso o Lula não vá ao 2º turno, fazer uma ampla consulta às bases e ver qual seria a candidatura que encarnaria a derrota da direita”. É o caso de bater na madeira, sem esquecer do alerta.

Para mudar os rumos do Brasil

O líder do PT na Câmara Federal, Vladimir Palmeira, pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro, apresenta a suas propostas para esse plano e abre um debate que terá sequência nas próximas edições do BN.

Boletim Nacional- *Que cara deve ter o Plano de Governo Lula 94?*

Vladimir- O Plano de Governo do PT deve mudar os rumos do Brasil. Para isso, em primeiro lugar, tem que quebrar a ciranda financeira, golpear os banqueiros, alguns grandes empresários e latifundiários que vivem dessa ciranda financeira. Deve aumentar, desde os primeiros dias, ainda que gradualmente, os salários reais, para imprimir um padrão de desenvolvimento não inflacionário. Por uma questão de justiça social e para aumentar a produção de alimentos para o mercado interno, precisa prever a reforma agrária. E, finalmente, tem que fazer uma reforma do Estado, democratizando o serviço

público e dando mais autonomia às empresas estatais, participação dos trabalhadores na gestão dessas empresas e o estabelecimento de planos de gestão.

Essas medidas imediatas iriam alterar completamente o perfil da vida brasileira.

BN- *E como deve ser a elaboração desse programa de governo no partido?*

Vladimir- Nós estamos consultando milhares de pessoas. Vamos ouvir técnicos, especialistas e representantes de movimentos sociais. Depois, analisando a política de alianças, os adversários que temos, vamos fazer o programa. Acho que deveríamos dar prioridade ao político: temos diferentes áreas de atrito com os setores dominantes -- setor externo, interno, financeiro, agrário --, então, o Encontro Nacional, em abril do próximo ano, deve definir quem a gente vai atacar em primeiro lugar.

BN- *Você fala em atacar, golpear, este será um programa de ruptura?*

Vladimir- É um programa de governo. A ruptura nunca depende de um lado só. Se as classes dominantes resistirem a um programa absolutamente legal, democrático, consolidado pelas urnas nós teremos gente preparada para garantir esse programa legal contra a subversão das classes dominantes.

Um programa não pode ser feito nem como quer a extrema esquerda, com aspectos simplesmente doutrinários, nem como quer o setor mais moderado do partido, que tem uma visão tecnocrática de programa. Devemos ter visão de luta política, escolher o inimigo e saber onde vamos golpear prioritariamente. Acredito que devamos bater primeiro no setor financeiro e no setor agrário, que são os setores que mais tem lucrado e que tem a hegemonia da política econômica no Brasil.

A polêmica dos 30%

As novidades deste 8º Encontro ficaram por conta da eleição de representantes setoriais para comporem o Diretório Nacional e da polêmica sobre a cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção. Mauricio Benito Durá, de São Paulo, representa o setor da Juventude e João Batista, do Pará, foi o indicado pelo coletivo da Secretaria Agrária. Mas se a chegada dos representantes setoriais foi relativamente tranquila, a aplicação da cota fez muita gente perder o compasso.

A deputada distrital Lúcia Carvalho (DF) está entre os que não gostaram da medida, adotada no 1º Congresso, em 91. "Tudo que conquisei até hoje foi por competência, quero registrar meu protesto por ser obrigada a ir para a CEN em função da cota" Adversária dos 30%, Lúcia quer outros critérios para a composição das direções, especialmente a Executiva: "Devem ser escolhidos os que têm maior disponibilidade para o trabalho de encaminhar as decisões políticas das instâncias".

Lúcia conta que será feito um rodízio na CEN entre ela, Marina Silva (AC) e Lygia Pupatto (PR), integrante da chapa "Democracia Radical". "Somos todas três muito solicitadas em nossas áreas de atuação e não teremos condições de acompanhar todo o mandato da Executiva".

Já as deputadas Serys Schessa-renko (estadual-MT) e Luci Choinacki (federal-SC), que votaram contra a cota no 1º Congresso, mudaram de posição. Segundo Luci, o machismo dos petistas ficou ainda mais claro durante a discussão da aplicação da cota. Para Serys "a discriminação é uma realidade, mesmo dentro do nosso partido, e todos os mecanismos que a gente puder usar contra ela devem ser explorados". Ela lamenta apenas um "excesso de radicalismo" na aplicação da cota. "Na composição da CEN, seis ou sete mulheres não modificam a coisa", reclama, referindo-se à dificuldade que sua chapa-- "Na Luta, PT"-- tem encontrado para indicar duas mulheres para a CEN.

A ex-deputada Clara Ant, defensora da cota desde o início, avalia que a aplicação dos 30% é um processo difícil, com muitas incom-

preensões, mas que está se mostrando correto e necessário. "Vemos, hoje, no Diretório Nacional e na Executiva companheiras que há anos são lideranças políticas, sindicais e dos movimentos mas que, até então, não haviam sido lembradas para fazer parte da direção".

Barítonos e tenores

O mesmo arranjo, quando interpretado pelos graves dos barítonos e tenores, ganha tons mais arredios. "É importante ter uma política afirmativa contra a discriminação e em favor de maior presença das mulheres, mas a forma como vem sendo aplicada a resolução, sem um amplo processo de discussão que envolva o conjunto do Partido, tem sido algo que mais coíbe e obriga do que propriamente conscientiza e afirma o papel das mulheres", diz Gilson Lúrio, integrante do novo DN.

Decisão democrática e soberana do 1º Congresso-- que contou com cerca de 20% de mulheres entre os delegados-- a cota "é justa" na opinião da maioria. O chiado começa na hora de aplicá-la, quando o clube do bolinha tem que ceder parte de suas "cadeiras cativas" para as mulheres. "O 1º Congresso aprovou, mas não regulamentou onde ela incidiria. Em grande parte dos estados o partido tem encontrado dificuldade de aplicá-la", arrisca Gilson. Ele vê na aplicação da cota uma "imposição de uma norma que é justa do ponto de vista de afirmação, mas que, a rigor, não foi debatida do ponto de vista da concepção e da construção partidária".

Milton Temer (RJ) evita "cair na demagogia" de dizer que os 30% de mulheres no DN sejam uma vitória. "Elas estão lá dentro de uma ótica machista, de uma ótica dominante. A discussão de cotas é algo que acontece dentro da ordem de uma maioria estabelecida também por decreto". Temer foi a solitária voz masculina a usar a tribuna do 1º Congresso contra a cota. "As defensoras da proposta, na ocasião eram ninguém menos que Telma de Souza, prefeita de Santos, e Benedita da Silva, negra, favelada, deputada federal e candidata à prefeitura do Rio de Janeiro. Prova de que o PT, como corpo isolado, não constitui nenhum

obstáculo à participação da mulher na hierarquia política".


Mas Temer já não se constitui num adversário tão feroz dos 30%: "Em termos concretos, estabelecer as cotas como exemplo para a sociedade foi positivo". Ele reclama mesmo é da aplicação da norma. O processo estaria fazendo com que algumas companheiras "que sempre fizeram sua história pela política que praticaram", se sentissem hoje como que num limbo onde não se discute política: "Ninguém pergunta o que essas mulheres pensam. Elas são indicadas por que estão no terço e nós vamos discutir a composição dos outros dois terços".

O novo secretário Nacional de Finanças, Lauro Marcondes, não crê na cota como medida isolada contra a discriminação, mas avalia que "como medida política, serviu para chamar a atenção sobre o problema e por isso cumpre um papel impor-



tante". Lauro, entretanto, quer que o PT reavalie a questão, "talvez no próximo encontro. É preciso fazer um balanço para saber quais foram as reais mudanças que essa medida trouxe para a relação de gêneros dentro do PT".

ASSINE O

BN


Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores

Rua Conselheiro Nébias, 1052

CEP 01203-002 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 550.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ UF _____ Fone: _____

Promoção:

Venda três assinaturas do Boletim Nacional e ganhe uma. Esta promoção também é válida para aqueles que pretendem renovar

PREENCHER EM LETRA DE FORMA

Resoluções do 8º Encontro Nacional

“Neste Encontro foi possível demonstrar que o PT preserva elementos de democracia e vitalidade que permitem retificar rumos e impedir nossa captura pela lógica institucional”. Este é o eixo da avaliação dos delegados sobre a importância do 8º Encontro Nacional do PT. O texto introduz as resoluções, que publicamos resumidamente.

O 8º Encontro Nacional do PT exprimiu o sentimento amplamente majoritário nas bases do Partido de que precisamos retificar nosso curso. Para ganhar maior nitidez como o partido das maiorias excluídas da sociedade brasileira. Para capacitar-se a propor e conduzir democraticamente as soluções para a crise nacional a partir de uma reorganização de conjunto da sociedade brasileira. Para chamar o País, desde já, e em 1994, a uma grande mobilização popular pelas reformas sociais e políticas. Para reafirmar-se como agente de uma safda histórica nos impasses a que as elites conduziram a nação e não mero interlocutor institucional. Para, nas suas relações internas, revalorizar a democracia, o trabalho coletivo e a participação como os valores fundamentais da militância, combatendo o personalismo e a inorganicidade de suas instâncias dirigentes.

Neste 8º Encontro renovamos a

linha e o coletivo dirigente do PT. Reafirmamos o nosso potencial e a vontade política de transformação da sociedade brasileira. Fixamos com nitidez a política de oposição ao Governo Itamar. Determinamos com clareza as bases para uma política de alianças a partir do programa democrático-popular. Estabelecemos o primado da ação política como elemento transformador rompendo com a racionalidade econômica predominante hoje, mesmo entre setores da esquerda.

O 8º Encontro demonstra que o PT preserva importantes elementos de democracia interna e vitalidade de seu patrimônio maior - a militância - que permitem retificar rumos e impedir nossa captura pela lógica institucional. Graças a ela, os Encontros municipais, estaduais e este Encontro Nacional estão produzindo a renovação necessária exigida pelas bases do Partido, que se desdobram na nossa atuação no próximo período. Tal renovação não se confunde

com a defesa de radicalismos estereis ou propostas isolacionistas. Nem renega os avanços do Partido e sua necessária ação institucional. Preservamos o clima de companheirismo e respeito mútuo, condição fundamental para mantermos nossa unidade de ação. Ela será tanto mais necessária quanto maiores os embates que travaremos contra o conservadorismo das elites. Demonstramos ao País, neste 8º Encontro, que o PT é uma instituição política capaz de enfrentar com coragem suas divergências e resolvê-las pelo debate democrático. Um partido que se consolida nacionalmente como alternativa democrática e popular apta a assumir, em estreita unidade com os movimentos sociais, a gigantesca tarefa de transformar a sociedade brasileira.

O Partido dos Trabalhadores estende a mão a todos os amigos da justiça social e da democracia. Mão firme, não hesitante, nem pedinte. A mão dos que querem mudar o Brasil.

Por um Governo Democrático-Popular

A crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular.

Cem milhões de brasileiros vivem na pobreza: 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência. De cada mil brasileiros que nascem, noventa morrem antes dos 5 anos; dos 910 sobreviventes, apenas 90 chegam a completar o segundo grau. O drama do País deriva das políticas implementadas por uma elite indiferente à miséria e à fome das maiorias nacionais. Presentemente essas políticas materializam-se no atual modelo econômico, que, além de estar esgotado, é concentrador de renda. Após uma década de instabilidade, decorrente do agravamento dessa crise, o fracasso do projeto neoliberal deixou mais uma vez evidente a incapacidade das elites de gerar um modelo alternativo. Nesse mesmo período, os setores populares ampliaram sua força política e eleitoral, disputando hegemonia com as classes dominantes em condições até então inéditas

na história do Brasil: na fundação do PT, na criação da CUT, na campanha das Diretas, nas eleições de 1989, no impeachment de Collor. Trata-se agora, na disputa eleitoral, de impor uma derrota às elites, abrindo para o País uma alternativa de governo democrática e popular.

A superação do modelo excludente é parte de uma revolução democrática, que mude radicalmente as bases do poder.

A realização de reformas profundas na sociedade brasileira implica quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa. Já fracassou no passado o reformismo nacional-populista, que acreditou poder conciliar interesses antagonicos. Já fracassou, também, a esquerda que imaginou poder fazer as

mudanças sem o povo -- ora contando com o apoio da burguesia para as reformas democráticas, ora aderindo ao vanguardismo. Agora, quando o Partido dos Trabalhadores tornou-se alternativa real de governo, o establishment político e seus meios de comunicação de massa desatam enormes pressões para que o Partido se converta num partido da ordem. Num sustentáculo de reformas pactadas com setores das elites. Não é essa a nossa opção. O PT luta para conquistar o governo central como elemento chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraiza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem tampouco confundimos o programa do governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social. É com esse

propósito que o PT disputará as eleições de 1994.

Ao adotar esse caminho, o PT rejeita explicitamente duas vias de luta pelo socialismo, historicamente fracassadas. A primeira seria atuar apenas por fora da institucionalidade, ou tomando-a como mero espaço de denúncia e propaganda. A outra seria submeter-se à lógica do capitalismo e apostar numa ação restrita ao espaço institucional vigente. O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores, voltado para atender às necessidades concretas do povo e na perspectiva do socialismo.

Porém, o nosso projeto de transformação social só será consequente se, além de amplo apoio político-institucional, for sustentado em forte auto-organização dos setores explorados e oprimidos. Só conquistaremos uma verdadeira democracia substantiva se, ade-

mais das formas representativas, constituirmos conselhos populares e instituímos frequentes consultas diretas à população. Porque lutamos por reformas e por democratização no Estado e na sociedade, acreditamos que o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tencionar e esgarçar os limites da ordem existente.

As eleições de 94 serão polarizadas entre as propostas de reformas estruturais e as de manutenção do apartheid social.

Na esteira do fracasso de Collor, a burguesia tenta manter seu programa "modernizante". O empresariado, em particular o dos oligopólios, continua recusando-se a reduzir seus lucros. Suas concessões estão sempre respaldadas por trocas vantajosas nos tributos ou em outros itens de suas relações com o Estado e/ou a sociedade. A presente disposição do empresariado para o diálogo "amadurecido" não passa, portanto, de uma parada momentânea na tendência de aguçamento das polarizações: ou a burguesia sofre uma derrota e se submete a um programa de redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de eliminação da miséria; ou impõe uma derrota aos setores populares e realiza seu programa de apartheid social. Por isso não há espaço real para uma "terceira via": ou trilhamos o caminho das mudanças, ou será a continuidade da miséria, da fome e da marginalização.

É preciso ganhar o imaginário da população para a idéia das reformas estruturais.

O povo brasileiro está cansado da falta de alternativas, das ilusões desfeitas, das promessas descumpridas. Esses sentimentos são ainda mais fortes entre os mais pobres, os marginalizados, os trabalhadores de baixa renda, os pequenos proprietários, que sempre foram os principais prejudicados pelas "mudanças". É desse clima de desesperança que o conservadorismo se alimenta. Os que lutam por mudanças precisam ganhar o coração de cada brasileiro para as idéias da democratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder. Um projeto alternativo, estratégico, de longa duração, que rompa o círculo de ferro das alternativas de curto prazo, dos planos de estabilização que provocam mais instabilidade e miséria, das políticas econômicas que não enfrentam o apartheid social, da lógica cínica que afirma ser necessário primeiro fazer o País crescer, para depois distribuir as riquezas produzidas. Uma plataforma programática que unifique as grandes maiorias nacionais, um instrumento de afirmação da superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade, da ética, do socialismo. Idéias que, em 1989, sensibilizaram milhões através do slogan

"sem medo de ser feliz".

Para retomar o crescimento, distribuindo renda e combatendo o apartheid social, o governo democrático e popular deve recuperar a capacidade de planificação e atuação econômico-social do Estado brasileiro.

O modelo econômico a ser perseguido resulta na constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiros, multiplicando por cinco sua dimensão atual, no esquema da exclusão. Para tanto, o Estado será chamado a exercer importante papel na regulação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas.

A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa. A superação do "apartheid social" exigirá a democratização da sociedade, a reforma agrária e uma política de estímulo e apoio aos pequenos empreendimentos e à economia informal, que não pode mais ser tratada como um problema marginal da sociedade. O programa de segurança alimentar e o combate à fome, associado a universalização do ensino básico, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria, são essenciais para promover a cidadania dos excluídos.

Especial atenção deve ser dada a uma reforma tributária, de caráter progressivo, que penalize os que concentram renda e riqueza, impeça a sonegação e a impunidade e recomponha as finanças públicas para impulsionar os investimentos produtivos e as políticas sociais.

Paralelamente, a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário para o mercado de capitais no País. Um novo padrão de financiamento, que fortaleça a capacidade de o Estado estimular os investimentos dos pequenos produtores industriais e rurais é uma condição fundamental para o desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder.

O modelo proposto engloba a utilização simultânea de mecanismos de

mercado e a intervenção do Estado, para impedir que os monopólios e oligopólios sigam exercendo sua completa supremacia na vida econômica do País, desfigurando todas as fantasias dos liberais. Especial atenção deverá ser dada ao sistema financeiro e sua lógica atual de acúmulo que esteriliza o dinamismo produtivo do País.

Haverá necessidade de compatibilizar, num mesmo movimento, o atendimento ao mercado interno, expandido



com a inserção competitiva do Brasil na economia mundial. Trata-se de alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania.

Os imperativos dessa nova concepção de desenvolvimento obrigarão a articular uma pluralidade de formas de propriedade: privada, estatal, mista, cooperativa e outras.

O projeto alternativo exige um desenvolvimento ecologicamente harmônico, rompendo com as concepções produtivistas que marcaram tanto o capitalismo quanto o socialismo estatista.

O Estado será, além disso, instrumento para a realização de uma profunda e indispensável redistribuição de renda, que não poderá ser feita unicamente através do crescimento, mas exigirá uma política de elevação dos salários, de combate ao desemprego, inclusive através da redução da jornada de trabalho, o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios, e de

medidas tributárias fortemente progressivas. Essas funções do Estado -- entre as quais se inclui a planificação e a capacidade de proteger os interesses nacionais estratégicos -- não foram nem serão supridas pelo capital privado, particularmente nas condições atuais de aguda concorrência internacional. É nos marcos de uma ação estatal comprometida com as reformas, com a defesa dos interesses nacionais e o combate à monopolização, que a contribuição de milhões de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços poderá encontrar ambiente para prosperar.

O governo democrático e popular, legitimado nas urnas e com respaldo a ser construído junto aos movimentos sociais organizados, atuará de forma permanente e intensiva para democratizar e desprivatizar o Estado. Associadas a essa política serão adotadas medidas que objetivem o fim da ciranda financeira e dos lucros obtidos com a formação de capitais fictícios.

Só dessa maneira poderemos reorientá-lo para um novo modelo que priorizará os investimentos produtivos, a geração de renda e a melhoria radical da qualidade de vida da maioria da sociedade.

A presença do Estado nos setores estratégicos da economia, na regulação das relações de mercado e a participação no financiamento das atividades produtivas, na geração de bens, renda e empregos, se desenvolverá no sentido de garantir a soberania nacional, a democratização dos recursos públicos e a capacidade da maioria da sociedade de planejar de forma democrática o seu desenvolvimento.

Democratizar a propriedade da terra é condição indispensável para retomar o crescimento com distribuição de renda e riqueza.

A radical democratização da estrutura da propriedade da terra, com a consequente demarcação das terras das nações indígenas e das remanescentes dos quilombos, combinada com um novo modelo de política agrícola compatível com as especificidades regionais e garantidor de estímulos diferenciados para mini, pequenos e médios produtores e para os produtos de mercado interno se impõem como ações estratégicas fundamentais à formulação de um projeto nacional do Partido dos Trabalhadores, que se contraponha ao atual projeto econômico neoliberal, consagrador do apartheid social vigente no Brasil.

No momento histórico atual -- configurado por uma conjuntura que combina a profunda crise econômica e social com o esgotamento do padrão de financiamento de desenvolvimento, via poupança externa -- a redinamização da economia brasileira, em parâmetros de socialização da apropriação da riqueza e da renda nacional, do resgate da cidadania e da justiça social, somente será

possível mediante um processo de valorização das amplas potencialidades endógenas da economia nacional e, por consequência, da ruptura dos atuais condicionantes externos.

Nesse contexto, um novo modelo de política agrícola e, principalmente, a reforma agrária, constituem requisitos indispensáveis à viabilização imediata desse projeto.

Ele garantirá, na esfera rural, o equilíbrio das relações de poder; a ruptura de formas de super-exploração capitalista, fortemente presente nas relações sociais no campo; a imediata geração de renda e emprego; e a ampliação horizontal da produção e do mercado, com a superação das "modernas" relações de dominação e exploração vigentes na agricultura, através dos complexos agroindustriais, além do estancamento dos fluxos migratórios rural/urbano.

Garantirá, também, na esfera urbana, a ampliação do abastecimento alimentar por meio do aumento da oferta de alimentos e matérias primas, possibilitando o combate à fome e a miséria; o impacto redutor nos preços agrícolas no consumo, com os efeitos consequentes na inflexão do processo inflacionário; no aumento dos salários reais urbanos em função tanto da redução do custo devida, quanto do arrefecimento da pressão sobre o mercado de trabalho urbano; e na dinamização dos setores econômicos urbano-industriais.

Neste sentido, a política agrícola do PT objetiva romper o domínio do latifúndio no campo brasileiro, combinando a ação governamental com a mobilização das forças populares para transformar as relações de produção na área rural e integrar econômica, social e politicamente, os milhões de marginalizados por uma estrutura agrária arcaica e elitista. A nossa proposta de reforma agrária articula o apoio à luta dos camponeses pela terra, através das ocupações, com a ação do nosso governo para viabilizar os assentamentos e possibilitar a formação de novas empresas rurais geridas pelos próprios trabalhadores. Portanto, ela libera forças produtivas, estimula o desenvolvimento econômico do País e avança a relação de forças na luta pelo socialismo.

Além disso, a reforma agrária adquire relevância no que se refere aos componentes ambientais, bem como a desconcentração e autonomia de uma matriz tecnológica e energética básica a este novo padrão de desenvolvimento. Pois, do ponto de vista ambiental, as pressões sobre a devastação da Amazônia, por exemplo, somente serão mini-mizadas através do refluxo do movimento migratório para aquela região, o que pressupõe a democratização da propriedade da terra nas terras antigas do País.

No plano tecnológico, sem a reforma agrária torna-se inexistente a garantia do requisito de desconcentração econômica do projeto, na medida em que o

elevado potencial de recursos bióticos do País, baseada na nova "revolução tecnológica" processada ao nível das biotecnologias, continuarão sob o controle dos grandes proprietários da terra, em particular dos grandes grupos nacionais e internacionais.

Democratizar o Estado, eliminar as distorções herdadas da ditadura e derrotar o monopólio dos meios de comunicação é condição para o sucesso de um governo democrático e popular.

Devemos incorporar à campanha eleitoral de 1994 a defesa das seguintes medidas: proporcionalidade estrita no sistema eleitoral (a cada eleitor um voto de igual valor, assegurada a representação de cada Estado; a rejeição de barreiras elevadas para o reconhecimento dos partidos e a presença dos seus deputados no Parlamento; adoção de legislação que fortaleça os partidos (fidelidade partidária e perda de mandato); eleição por lista partidária; democratização da propriedade e do acesso aos meios de comunicação de massa; investigação rápida e punição rigorosa de todos os envolvidos em crimes de corrupção; democratização e controle externo do Judiciário; democratização das Forças Armadas, combate à ideologia da "segurança nacional", garantia dos direitos sindicais e da livre organização dos trabalhadores nas empresas; regulamentação dos itens da Constituição de 1988 que viabilizam a prática do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular na proposição de leis.

A vitória em 1994 consolidará o PT - e sua experiência de governo - como uma referência para o movimento socialista internacional.

O colapso do socialismo real e a decadência da social democracia - expressa nas derrotas eleitorais, nos escândalos e, principalmente, no compromisso com os ajustes econômicos neoliberais - conferirão ao PT e aos que conosco compartilham a defesa do socialismo democrático um papel de dimensão internacional.

O PT deve aprofundar suas relações com os setores independentes de diversas origens que reafirmam seu compromisso com a luta pelo socialismo, participando e incentivando os foros internacionais que se constituem nesta luta.

Num mundo dominado pela disputa entre as grandes potências capitalistas, pela decadência norte-americana, pelo desmonte das conquistas sociais, pelo crescimento do militarismo e do conservadorismo, pela degradação das condições de vida da maioria da população do planeta, provocando miséria e instabilidade política, a chegada do PT ao governo de um país com o porte do Brasil estabelecerá novas condições para a luta pelo socialismo. É nessa perspectiva que o PT conduzirá suas relações internacionais.



O capitalismo e a propriedade privada não representam um futuro para a humanidade. Sua sobrevivência está cada vez mais ligada à restrição da produção em benefício da especulação e do parasitismo (armamentismo, narcotráfico, etc). Em última instância, é daí que provém a tendência regressiva atual de questionar em todo o mundo os direitos e conquistas sociais adquiridos ao longo de décadas. É o que o FMI batizou "ajuste estrutural universal".

Nessa situação, as iniciativas internacionais do PT devem retomar a denúncia do imperialismo e da exploração; opor-se à "Nova Ordem Mundial" afirmando a necessidade de uma integração soberana, solidarizar-se com as lutas contra a supressão das conquistas sociais (serviços públicos, empresas estatais, "flexibilização" do trabalho, etc); denunciar violações aos direitos democráticos e à soberania nacional (caso do embargo a Cuba, por exemplo). Com essa base, o PT deve participar de atividades e organismos internacionais que tenham esse caráter e essas finalidades.

Para vencer as eleições e governar

mudando as relações sociais e de poder, o PT terá que manter a coerência.

Em 1994 o povo brasileiro terá a oportunidade histórica de infligir, através do voto, uma derrota às elites. Mais talvez que em 1989, temos condições de superar esse desafio. Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é este o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os "de baixo", com as maiorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática.

Para dirigir a campanha Lula e a ação partidária nos próximos anos, o PT necessita de um novo núcleo dirigente.

Está evidente que a atual direção perdeu sua legitimidade, situação que é reforçada pelos problemas organizativos, pelo enfraquecimento das relações com os movimentos sociais e nossos governos municipais.

Essa situação reflete não apenas o envelhecimento da atual direção, eleita em junho de 1990, mas principalmente o desaparecimento da maioria política que a compôs. É preciso criar um novo núcleo dirigente, que expresse a posição majoritária nas bases e possua representatividade política e social. Para isso, é preciso retomar o método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT e nos levou a vitórias políticas e sociais: a formulação de políticas através da discussão e do debate democrático no interior do Partido.

O novo núcleo dirigente deve estar fundado em cinco compromissos:

1) o compromisso com o caráter socialista e revolucionário do PT -- um socialismo democrático, alternativo tanto ao "socialismo real" quanto à social-democracia;

2) o compromisso com o valor estratégico da democracia -- que para nós é meio e fim, método de transformação e ideal de organização política;

3) o sentido revolucionário do programa democrático e popular -- que adquire um sentido anticapitalista, antimonopolista, antilatifundiário e

antiimperialista;

4) a viabilidade de um partido de quadros e de massas -- combinação que, recusando a polarização entre o centralismo e a diluição, afirma a democracia como fio condutor da vida partidária;

5) a renovação do contrato ético e democrático entre os militantes -- de modo que a democracia interna e a valorização das instâncias suplante a diluição dos centros paralelos de poder, evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em "notáveis" por força da

militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros.

O PT precisa reafirmar seu papel dirigente, seu caráter de massa e sua democracia interna.

O aprofundamento da democracia partidária exige a revalorização das instâncias; a participação do conjunto dos filiados no processo de debate e tomada de decisões; o fortalecimento da imprensa partidária, da formação política e dos mecanismos de consulta. É preciso, ainda, instituir o controle democrático das dire-

ções partidárias e dos militantes que detêm mandatos no Executivo e no Legislativo. O caráter de massas do PT aparece em suas relações com os movimentos sociais que lhe deram origem. Sem dirigismo, mas sem furtar-se à contribuição política, o PT deve estreitar suas ligações com a sociedade civil organizada. Atento e sintonizado à opinião pública, mas sem deixar-se conduzir a partir de fora. Partido com maior presença nos grandes centros urbanos, devemos ampliar nosso diálogo para criar vínculos firmes - e não ocasional-

mente eleitorais - com os setores situados geralmente à margem das organizações sindicais e populares.

O caráter dirigente do Partido deve se manifestar na elaboração democrática de nossa política, no debate aberto com aliados, na disputa de hegemonia, no confronto com os valores das elites brasileiras e na reafirmação do objetivo estratégico do PT: a luta por uma sociedade socialista e democrática, sem explorados nem exploradores.

O Momento Político

Itamar vem praticando no essencial a mesma política de Collor.

Apesar das críticas à modernidade collarida, dos discursos em defesa dos interesses nacionais e das declarações simpáticas aos sofrimentos dos "homens e mulheres simples", Itamar vem praticando no essencial a mesma política econômica adotada por Collor: altas taxas de juros, privatizações e uma negociação da dívida externa lesivas aos interesses nacionais; políticas internas de incentivo ao grande capital, manifestas inclusive no chamado Plano Eliseu. Hegemonizado pelos conservadores, o governo Itamar é incapaz de iniciar as mudanças necessárias ao país, como também de impedir o agravamento da situação nacional.

Dá a inexistência de identidade com um governo vacilante e ambíguo como o de Itamar Franco, por mais que ele tenha nascido da luta do "impeachment" e, por mais que seja integrado por partidos que consideramos aliados.

Sob o guarda-chuva do ministério multipartidário, Itamar substitui os gestos concretos por discursos impulsivos e mantém em sua equipe elementos comprometidos com a ditadura e com os desmandos de Collor.

A área econômica tem sido marcada por sucessivas trocas de ministros e pelo imobilismo no combate à inflação, que já supera 30% ao mês, promovendo uma violenta concentração de renda, num contexto em que 12 milhões de aposentados e pensionistas, o funcionalismo público, as categorias com menor poder de barganha e os milhões que recebem um salário mínimo. Para sair dessa situação de miséria seria preciso a aprovação do reajuste mensal de salários, como defende o PT.

Com o Governo Itamar continuam ganhando os especuladores, os sonegadores de impostos, o grande capital oligopolista e os bancos que apresentam

escandalosas taxas de rentabilidade, alimentados por uma taxa de juros que inviabiliza o investimento produtivo e que corrói as finanças públicas.

A nomeação do ministro Fernando Henrique Cardoso foi acompanhada de grande expectativa e de uma mudança de comportamento dos meios de comunicação e do empresariado em geral frente ao Governo. Eliseu Resende, comprometido com os empreiteiros, foi substituído por um senador com um passado democrático. No entanto, o programa de privatização -- que vem favorecendo grandes grupos econômicos de forma inaceitável, como no caso da CSN -- está mantido e será acelerado.

As iniciativas da nova equipe, até o momento, apontam para uma reforma do Estado na direção do Estado Mínimo, com violentos cortes orçamentários na área social, inspiradas no ideário neoliberal. O Governo volta à retórica vazia do pacto social, enquanto se nega a aprovar uma política salarial apresentada pela Bancada do PT no Congresso Nacional.

O Governo Itamar tem se demonstrado incapaz de enfrentar a crise econômica e de promover as reformas estruturais e seu imobilismo agrava a crise social.

Confirma-se, portanto, a justeza da posição definida pelo PT -- apesar das ambigüidades do primeiro momento -- de manter-se fora do Governo, como oposição. Não se recusando, como é óbvio, a apresentar alternativas concretas e apoiar iniciativas pontuais que atendam os interesses das maiorias.

O PT é oposição ao governo Itamar.

Preocupados em dar sustentação a um governo originado do *impeachment*, acreditando na possibilidade de reverter a política econômica collarida e ansiosos em contribuir para a melhoria das condições de vida de nossa população, diversos partidos e personalidades comprometidos com o povo têm emprestado seu apoio ao Governo Federal. O PT está na oposição a esse Governo, e fará gestões para que nossos aliados potenciais dele se afastem. Nossa oposição é pautada por

propostas alternativas de emergência, referenciadas no programa de governo que apresentaremos ao País durante a campanha eleitoral.

No atual momento, qual tática concretiza a oposição a Itamar? Sem dúvida, a primeira ação é tomar a iniciativa de articular um movimento de massas, partidos, entidades e sindicatos, numa campanha nacional por medidas urgentes, capazes de atenuar as condições de vida das maiorias. Nela se incluem reformas democráticas -- da legislação político-eleitoral e dos meios de comunicação -- e exigências reivindicativas populares -- revogação das privatizações, anulação do acordo como FMI e suspensão do pagamento da dívida externa, não ao IPMF, imediato assentamento dos acampados e reforma agrária, Fundo Nacional de Transportes, salário mínimo e reajuste salarial mensal, punição dos culpados na CPI, extensão dos direitos de cidadania aos milhões de marginalizados, entre outros pontos.

O PT busca, desde já, constituir alianças sociais e partidárias para 1994.

Diante da complexidade de eleições simultâneas para presidente, governadores, Congresso e legislativos estaduais, o PT deve propor às forças interessadas em um governo democrático e popular uma política de alianças em torno do programa de governo, para se contrapor à movimentação das elites, que se dividem entre a candidatura Maluf e a chamada terceira via.

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória e, também, o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PCdoB, o PC e o PSTU.

Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT, e o PSDB, que vêm tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente na disputa de hegemonia posta na conjuntura.

O PSDB é um campo em disputa.

Depois de defender uma coligação com o PT para a Presidência, caso fosse aprovado o parlamentarismo, a cúpula do PSDB decidiu lançar candidato próprio e vem trabalhando para impedir que se consuma a polarização entre Lula e Maluf. O mesmo movimento começa a ser feito pelo presidete Itamar, com ressonância em setores do PMDB e personalidades avulsas, como o governador mineiro Hélio Garcia. Para dar força a esta alternativa, o PSDB tentará atrair partidos que, em 1989, compuseram a Frente Brasil Popular.

Apesar do crescimento eleitoral em 1992, o PSDB não conseguiu constituir um campo próprio, nem se apresentar como alternativa real de governo. Partido de sustentação ao governo Itamar, sua trajetória vem sendo marcada por ambigüidades: apoiou Lula no segundo turno das eleições de 1989, mas chegou a ter ministros na fase terminal do governo Collor; apoiou Suplicy no segundo turno das eleições de 1992, mas tem um secretário no governo Maluf; coligou-se com o PT em diversas cidades, mas noutras serviu de legenda para políticos de direita.

Esse comportamento ambíguo expressa, em certa medida, o caráter contraditório da política e da base social e eleitoral dos tucanos. O PSDB apresenta fortes diferenciações regionais, sendo dominado em vários Estados por setores conservadores. No seu conjunto e nacionalmente, tem predominado no interior do PSDB um programa inspirado no ideário neoliberal. Ao mesmo tempo, o PSDB tem apresentado uma dinâmica estatal com fortes componentes fisiológicos.

No entanto, apesar de não integrar o campo democrático e popular, o PSDB abriga setores progressistas. Hoje predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com esse partido a partir de um programa democrático e popular.

Os rumos da esquerda mundial

A busca de um modelo internacional para a esquerda; a grande esperança que o companheiro Lula representa para o Brasil; o Partido dos Trabalhadores, e as políticas e questões municipais de alcance mundial deram o tom dos oito dias que passei na Grã-Bretanha, em junho. Atendi a convite da Esquerda Democrática britânica, do Núcleo do PT em Londres e da Brazil Network, para participar, ao lado de representantes de outras nações da América e da Europa, do seminário "Resistência e Renovação", realizado em Manchester, na Inglaterra.

Visitei ainda Liverpool, Birmingham, Cardiff, no país de Gales e finalmente Londres, num total de 17 intervenções, durante as quais transmiti as nossas principais políticas e respondi a inúmeras questões sobre a atualidade brasileira e ações democráticas e populares desenvolvidas na Cidade de Santos durante minha recente gestão.

Pude constatar que há um grande

esforço de articulação entre vários partidos de esquerda na Europa no sentido de solidificar pontos comuns capazes de enfrentar a onda neoliberalista -- agora em pleno vigor na



América Latina -- e ao mesmo tempo estabelecer uma identidade clara para os movimentos remanescentes dos extintos partidos comunistas.

O princípio da solidariedade permeia as preocupações da esquerda britânica, por exemplo, enquanto colhe e analisa o noticiário sobre a América Latina e, particularmente,

do Brasil, cuja marca, depois de Pelé, é a matança dos meninos de rua. Nesse sentido, os britânicos, que durante o seminário tinham a seu lado belgas, alemães, norte-americanos, além de nossos vizinhos colorábios, salvadorenhos, cubanos e nicaraguenses, interessaram-se por projetos desenvolvidos em Santos, nos campos da saúde mental, da criança e do adolescente, dos transportes e os praticados no setor portuário. Aqui despontou a gestão tripartite, um modelo que pode se ajustar às novas perspectivas da esquerda mundial, posto que reúne o estado, os trabalhadores e os empresários em um mesmo objetivo. Em termos, não se esteriliza o Estado como agente econômico, nem se confere toda a liberdade de mercado à iniciativa privada,

embora todos devam buscar o aumento da eficiência e o enfrentamento da competição.

Estive também no Parlamento Britânico, reunindo-me com a deputada Claire Short e com o deputado Jeremy Corbyn, ambos do Labour Party, este socialista e aquela progressista, que fizeram muitas perguntas sobre o futuro do companhei-

ro Lula e de atividades concretas em Santos em minha gestão.

Agora, as principais preocupações imediatas da Democratic Left referem-se ao próximo encontro do Fórum de São Paulo, em Havana, e à possibilidade de uma reunião de partidos europeus progressistas e de esquerda no próximo ano, relativa à solidariedade aos povos da América Latina.

Telma de Souza

Polícia do mundo

Nota oficial sobre ataques dos EUA a Bagdá

O Partido dos Trabalhadores expressa sua veemente condenação contra os recentes ataques a Bagdá.

A ação das forças norte-americanas fere o direito internacional e se constitui em um fator de tensão mundial.

O presidente Clinton não pode resolver os problemas advindos da queda de sua popularidade nos Estados Unidos realizando ações que semeiam morte na população civil arrogando-se o papel de polícia do mundo.

O elogio à ditadura

Em função do destaque dado pela grande imprensa brasileira ao ditador peruano Alberto Fujimori, o deputado petista Luis Gushiken proferiu um discurso na Câmara dos Deputados, demonstrando claro posicionamento em defesa da democracia como valor universal. Transcrevemos, aqui, pequena parte desse discurso:

... "O discurso que o ditador tem passado para a opinião pública internacional é o da impossibilidade da democracia resolver os graves problemas econômicos de nossa América Latina. Este surrado discurso, que muitas vezes já empolgou a nossa elite e até mesmo setores mais miseráveis do nosso continente, não pode ter respaldo em nossa sociedade, pois este filme nós já assistimos e sabemos

o seu final. É revoltante.

Por outro lado, o destaque que vem recebendo o ditador peruano, se associa a uma campanha de descrédito da nossa jovem democracia. Afinal, ora de forma dissimulada através da crítica genérica aos políticos e às instituições de representação popular, ora de forma descarada por discursos como o do deputado golpista Bolssonaro, contribuem para que personagens nefastos como esse ditador peruano adquira alguma simpatia e condescendência entre o povo brasileiro.

Não quero dizer, com isso, que nossos políticos e instituições estejam imunes a críticas. Ao contrário. O meu Partido, o PT, já nasceu e se consolidou como inimigo deste tipo de políticos, e nossa bancada de depu-

tados, aliada a algumas dezenas de outros parlamentares, tem demonstrado que é possível, pela democracia e um trabalho digno e combativo, fazer política como atividade séria e útil. É acreditando que, somente através da alavancagem do desenvolvimento e da erradicação da miséria, sustentados por uma sólida cultura democrática, será possível erguer o país no cenário internacional, qualificado ao primeiro mundo, não pela lógica das baionetas mas por valores como liberdade e justiça social.

Os meios de comunicação no Brasil prestariam um enorme serviço a causa democrática se, ao contrário da crítica genérica aos políticos, fossem mais criteriosos na identificação daqueles que instrumentalizam a políti-

ca para promover uma promíscua relação entre o interesse público e privado. Para muitos órgãos de informação nós sabemos ser isto impossível, pois para seus proprietários, que têm interesses aliados aos piores políticos deste país, informar a população passa a ser uma atividade conflituosa.

O assédio deslumbrado às aventuras autoritárias, tipo Fujimori, é o sentido da crítica fácil e leviana aos políticos e à cidadania, além de avesso ao fortalecimento da democracia e dos partidos, que só virá a ocorrer através de uma legislação que ponha fim às lendas de aluguel, estabeleça a fidelidade partidária e o financiamento transparente das campanhas eleitorais. Isto é modernidade e não a ditadura peruana...

Debatendo a Educação Política Lula em Israel

No período de 17 a 20 de junho realizou-se em La Paz na Bolívia a II Mesa de Educação Política do Foro de São Paulo. Representando o PT, ali estiveram Pedro Pontual (convidado como especialista em Educação Popular) e a companheira Aldaisa Sposati (vereadora do PT em São Paulo). Estiveram presentes 9 partidos entre os membros do Foro de São Paulo (Brasil, Chile, Colômbia, Bolívia, Argentina, Nicarágua, Cuba) além de diversos convidados de Centros de Formação e ONG's que atuam na área da Educação Política (aqui também presentes Peru e México).

O Encontro desenvolveu-se a partir da discussão de três temas básicos:

1. A participação na construção da Democracia (dentro dos Partidos e nos Movimentos Sociais) enquanto processos de Educação Política;

2. Educação Política, Movimento de Massa e possibilidade de curto prazo (eleições, comunicação e processos educativos);

3. Hegemonia e Diversidade, Luta Ideológica, Paradigmas Alternativos, Novos Parâmetros de Acumulação Política, Autodeterminação e Nova Cultura Política.

Nossa exposição, sobre o segundo tema, procurou enfatizar a idéia de que as intervenções político educativas que pretendem ter um alcance massivo precisam considerar a enorme diversidade dos sujeitos ali presentes e, portanto, saber articular a unidade da concepção metodológica com a mais ampla diversificação, ousadia e criatividade no campo dos métodos e técnicas

educativas, para dialogar com a especificidade de cada sujeito. Foi de grande interesse para os participantes a apresentação das nossas experiências educativas nos processos de Participação Popular, ao nível das Prefeituras, e as propostas de capacitação que desenvolvemos no trabalho de preparação das eleições municipais do ano passado.

Parece-nos que o avanço mais significativo em relação às conclu-

sões da I Mesa de Educação Política, realizada no México em 1991, foi a compreensão unânime de que as práticas de Educação Política não devem ser restritas à formação dos militantes através de cursos, seminários etc, mas precisam estender-se e ter incidência real na transformação do conjunto das práticas organizativas e de intervenção dos partidos na sociedade. Trata-se de pedagogizar o conjunto da nossa ação política na

sociedade. E, sem menosprezar a importância dos esforços de formação sistemática de nossos militantes, enfatizar a importância de alargar o âmbito de influência das práticas educativas, para que nossos Partidos possam contribuir efetivamente na construção de uma Nova Cultura Política na sociedade latino-americana.

Para tal, foi muito fecunda a troca de experiências entre os partidos e os Centros e instituições dedicadas



ao trabalho de Educação Popular na descoberta de uma metodologia e diferentes métodos e técnicas capazes de renovar nossas práticas de formação política, para que estes possam de fato contribuir na democratização de nossas organizações e na construção de uma democracia radical e integral no continente Latino-Americano.

Pedro Pontual
membro do coletivo da SNFP

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem oficial a Israel entre os dias três e 11 de julho, foi recebido pelo Primeiro-ministro israelense Isaac Rabin e pelo ministro de Relações Exteriores, Shimon Perez.

Quinta-feira foi a vez do encontro do presidente do PT com a delegação palestina nas conversações de paz, em Jerusalém.

Pelo ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Perez.

Visitou kibutzim em várias regiões do país, centros de pesquisa agrícola e manteve contatos com deputados de distintos partidos-- Trabalhista, Mapam e Likud--, além de dirigentes políticos, sindicalistas e diplomatas.

Indulto para Lamia

Em todas os encontros o tema central em discussão foi as perspectivas de paz no Oriente Médio. Lula reiterou o apoio do PT a uma solução negociada, que passa pela criação de um Estado Palestino e pela defesa da existência do Estado de Israel. Reafirmou a disposição do PT, como partido de oposição ou de governo, de contribuir efetivamente para a paz na região.

Lula manifestou interesse especial pelos projetos agrícolas nas áreas de irrigação e de biotecnologia, particularmente quando visitou a Universidade Ben Gurion, no deserto de Neghev, onde foi recebido pelo reitor. Com economistas e com o ministro Perez, a delegação brasileira discutiu igualmente a experiência de estabilização que pôs fim a inflação em Israel nos anos 80.

Ainda no encontro com Shimon Perez, Lula pediu ao chanceler que considerasse a possibilidade do governo israelense vir a indultar a brasileira Lamia Hassan Maruf, que se encontra presa em Israel, condenada a prisão perpetua. O presidente invocou razões humanitárias. Perez disse que havia duas respostas possíveis: "não" ou "vamos estudar o assunto", acrescentando que, "como se trata de um pedido de amigo", o governo israelense irá "estudar o caso".

Lula volta ao Brasil no domingo. Sábado a noite a delegação será recebida para jantar pelo embaixador brasileiro em Telaviv, Ivan Canabrava.

Cíntia Campos
Assessora de Imprensa da CEN

Bloqueio genocida

O bloqueio orquestrado e mantido pelos EUA contra o povo cubano continua gerando um sentimento de indignação nos brasileiros. Assim, independentemente de posições ideológicas, com o objetivo comum de se solidarizar com o povo cubano contra tal forma de agressão, representantes de 10 partidos políticos, 2 centrais sindicais, 36 sindicatos e

federações, 44 entidades da sociedade civil, além de 49 deputados federais, 1 senador, 38 vereadores, 6 prefeitos e 1 vice-prefeito assinaram um "Manifesto Pelo Fim do Bloqueio dos EUA a Cuba".

Este abaixo-assinado foi entregue, no dia 28 de junho, ao Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Philip Taylor, e ao vice Cônsul Kess

Davison, para dar conhecimento ao governo norte americano de que as personalidades signatárias, representantes da sociedade civil brasileira, em defesa da independência, soberania e autodeterminação dos povos, repudiam o ilegal e imoral bloqueio comercial, financeiro e genocida imposto pelo governo dos EUA a Cuba.

Seca, calamidade que tem solução

O agreste e o sertão nordestino vivem em estado de calamidade pública. A seca se prolonga causando enormes prejuízos para os agricultores que vivem da agricultura tradicional -- plantam quando chove.

É nos períodos de seca que os coronéis e políticos do sertão lucram com a chamada indústria da seca, desviando facilmente os recursos que são destinados aos municípios que decretam estado de emergência. Neste período é que órgãos do governo contratam serviços de empresas distribuidoras de água. A maioria dessas empresas é fantasma. Os recursos chegam para os políticos mas a água não chega para a população.

A exemplo do presidente da Câmara dos Deputados e vice presidente do país, José Inocêncio de Oliveira, quase todos os políticos do sertão, com influência, utilizam-se deste instrumento para benefícios próprios. Enquanto o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), SUDENE e outros órgãos perfuram poços e constroem açudes em terras de fazendeiros, as prefeituras, com menos recursos, constroem para a população barreiros que secam facilmente e salinizam o solo com rapidez.

Para Combater a Seca

Ao contrário do que muitos imaginam, a Seca do Nordeste não está ligada à ausência de chuvas e sim na incidência irregular delas e ao baixo índice pluviométrico, o que inviabiliza a agricultura de subsistência, atingindo pequenos proprietários. Para os grandes proprietários a seca traz menos flagelos que benefícios, à medida em que os investimentos públicos abrem novas estradas, constroem novos açudes, perdoam dívidas bancárias, e, ainda, colocam em disponibilidade a mão-de-obra da região.

O polígono das secas abarca metade de toda a região nordestina

A seca do nordeste traz graves consequências para o campo social e econômico, mas não é -- ao contrário do que se acredita -- a grande causa da miséria do povo nordestino.

Para este fenômeno existe solução. Falta trabalho honesto e vontade política dos governantes.

A solução para a fome de 32 milhões de brasileiros passa, obrigatoriamente, pela Reforma Agrária.



-- 1.641.000 quilômetros quadrados -- e a política oficial de combate à seca mostrou-se, até hoje, ineficiente, porque baseou-se num projeto equivocado de construção de gigantescos açudes quando deveria buscar o uso racional dos rios e rios subterrâneos (como acontece na Austrália). Grandes açudes são edificadas em áreas inadequadas à distribuição estratégica, que atenda ao maior número de usuários. Os pequenos açudes, construídos sem critérios, estão modificando o regime hidrológico das bacias hidrográficas e acelerando a salinização das águas e do solo.

Se forem analisados os aspectos hidrogeológicos do Polígono das Secas é possível constatar que a região possui terrenos sedimentares permeáveis, que armazenam água em grande volume e que não sofrem variações no período de seca, favorecendo a construção de poços profundos economicamente exploráveis. No entanto, a opção vem sendo a construção de açudes com capacidade para irrigar 1 milhão de hectares, servindo a apenas 5% da área irrigável do polígono, sendo que nela vivem 15 milhões de pessoas que dependem da agricultura.

O potencial hídrico do nordeste não é seriamente explorado. Calcula-se que as reservas de águas subterrâneas na área de estiagem cheguem a 9 bilhões de metros cúbicos/ano, sendo que a demanda de todo o Polígono das Secas é de dois bilhões de metros cúbicos/ano. E, por incrível que pareça, as explorações subterrâneas naquela região são realizadas justamente onde são mais escassas. Aproximadamente 80% dos 20 mil poços perfurados estão em terrenos cristalinos, onde a vazão é fraca e a salinidade elevada.

Triste ironia

Diante da amplitude da seca que o nordeste vem enfrentando este ano, chega a ser uma ironia a constatação de que o estado de São Paulo é o maior usuário de águas subterrâneas do país, perfurando de 8 a 10 mil poços anualmente, principalmente para uso industrial.

É possível estruturar o nordeste com tecnologia para a produção, armazenamento, captação de água. É possível garantir um projeto estratégico de diversificação da produção com a formação do agricultor para as diversas formas de irrigação. É possível garantir condições de comercialização, investir em pesquisa de sementes e novas culturas, rompendo com a agricultura tradicional, aproveitando as condições naturais que o nordeste oferece para as culturas permanentes de frutas e culturas irrigáveis de hortigranjeiros -- já desenvolvidas no Vale do Açu e no Vale do São Francisco.

É possível resolver o problema da seca no nordeste, desenvolver a agricultura e a agroindústria mas é preciso, necessariamente, passar pela questão da reforma agrária, rompendo com a velha estrutura coronelista e semi-feudal do sertão.

Jaime de Amorim
p/Direção Nacional do MST